

TROTE ACOLHEDOR COMO ESTRATÉGIA DE RECEPÇÃO ESTUDANTIL

Leila de Almeida Castillo; Andréia Mendes dos Santos

IFRS Campus Sertão, leila.castillo@sertao.ifrs.edu.br ; *PUCRS*, andrea.mendes@pucrs.br

Este trabalho versa sobre o ritual do trote na passagem do Ensino Fundamental da Educação Básica para a primeira série do Ensino Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, analisando às expressões de violência e acolhimento entre estudantes em regime de residência. Como etapa inicial indispensável, foi elaborado o estado de conhecimento sobre a temática do trote, junto ao banco de dados de Teses e Dissertações da Capes, e foram identificadas 44 produções sobre a temática nos últimos 5 anos. Nestas, em sua imensa maioria, o foco era o trote universitário, as manifestações ocorridas em universidades e o processo de passagem do vestibular para o Ensino Superior, enquanto apenas seis trabalhos abordaram o universo da Educação Básica e somente três traziam a temática para a seara das Escolas Agrícolas ou Agrotécnicas ou dos Institutos Federais. Em relação ao campo a que se referem as Dissertações, muitas se originam no campo da assistência social, abordando aspectos do trote universitário e das casas de estudantes universitárias.

Frente a esta realidade, pretende-se compartilhar a prática do trote acolhedor e não violento, desenvolvido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS, *campus* Sertão, como um novo modelo que busca o acolhimento dos/as ingressantes na Instituição; portanto, nossa intenção é o relato desta experiência, ocorrida nos ingressos de estudantes em 2017 e 2018.

Sobre as especificidades desta instituição, é preciso recordar que as Escolas Agrotécnicas no Brasil atuam desde o período do Império, com a instituição da primeira Escola em 1859 e, partir da criação dos IFs, em 2008, instituídas como Institutos Federais através da Lei Federal 11892/2008¹. Apesar destas transformações, os IFs não se assemelham ao ensino superior e entre as diferenças, quer-se destacar a possibilidade e a responsabilidade do regime de internato ou as residências estudantis como condições fundamentais para a garantia da permanência dos estudantes no *campus*. Entre outras razões, esta condição é decorrente do fato de outros grupos de estudantes que não somente aqueles/as oriundos/as do interior e de pequenas famílias de agricultores/as passaram a ingressar na Instituição, o que também motivou desdobramentos como conflitos de interesses e de entendimento sobre o que venha a ser um/a técnico/a em agropecuária. Assim, o que se observa é que a escola técnica passa a exigir um olhar específico sobre sua realidade.

Tomando os registros das antigas escolas e, em especial, aquelas que funcionavam como sistema de internato, se observa o peso das tradições como parte da cultura das instituições e, entre estas, talvez a de maior impacto reconhecido pelos/as estudantes seja o “famoso” Trote!, anunciado como um ritual que chancela a passagem dos ingressantes na escola. Ainda que por quem o pratica ele signifique uma espécie de brincadeira, o trote pode ser considerado como um tipo de atividade imposta, muitas vezes percebido - por quem o recebe - como violência, agressão e humilhação, visto que não é oferecida a possibilidade de

1 <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11892-29-dezembro-2008-585085-normaatuizada-pl.html>. Acesso em 15/03/2018 - que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências

optar por participar ou não da atividade. Por outro lado, o trote enquanto ação exerce função social de marcar uma transição, tornando-se um ritual de passagem e, por isso, muitas vezes é tolerado pelas escolas como uma forma de promover a aproximação do grupo. É possível que as políticas públicas existentes, voltadas para a educação, não atendam – então - à questão específica do acolhimento aos/às novos/as estudantes. Apesar deste trabalho encontrar-se centrado no Ensino Médio Técnico, em regime de residência, os trotes são rituais comuns em diferentes contextos da educação e, em regimes de residência, os impactos desta prática podem ser facilmente agravados.

METODOLOGIA

O trabalho que se apresenta é parte de uma investigação de Doutorado em Educação que adota os procedimentos metodológicos de uma pesquisa qualitativa, em desenvolvimento junto ao IFRS *campus* Sertão. O relato é (re)constituído a partir da análise documental dos diários de registros e relatórios produzidos pelos professores que acompanharam as atividades dos “trotes solidários” nos ingressos de estudantes em 2017 e 2018. Para tanto, foram utilizados os pressupostos da Análise de Conteúdo de Bardin (2018), considerando a organização dos materiais a partir de uma pré-análise que se iniciou pela leitura flutuante dos diários e relatórios; exploração do material, constituindo as codificações e sua categorização. São categorias neste relato de experiência o acolhimento, a permanência e as relações sociais.

DO TROTE AO TROTE SOLIDÁRIO COMO ACOLHIMENTO, INSERÇÃO SOCIAL E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

Para compreendermos a cultura institucional e a prática do trote no IFRS *campus* Sertão faz-se necessário retornar no tempo, na época em que este era uma antiga escola-fazenda que abrigava em regime de internato, estudantes maiores de idade matriculados no curso Técnico em Agropecuária, recebendo inicialmente somente pessoas do sexo masculino. Quando da época de sua fundação, a denominação inicial foi de Escola Agrícola de Passo Fundo (1957), passando a ser denominada de Ginásio Agrícola de Passo Fundo (1964), renomeada como Colégio Agrícola de Sertão em 1968 e, pelo Decreto nº 83.935, de 04 de setembro de 1979 passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Sertão, subordinada à Secretaria de Educação de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e Cultura. Em 2008, em função da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, foi mais uma vez reorganizada para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

Atualmente o campus conta com aproximadamente 1452 estudantes, 796 distribuídos entre nove Cursos Superiores; 71 estudantes de curso de Especialização e outros 585 estudantes de Educação Básica frequentando variados Cursos. Os alunos do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio correspondem a 58,1% (340) dos estudantes de nível médio e destes 76,2% (259) residem na Instituição.

O que se observa é que no *Campus* Sertão, ainda há uma cultura muito forte que remete aos tempos do Brasil Colonial, principalmente, no que se refere às estruturas de manutenção de poder. No que se refere ao trote, talvez por este espaço ter sido, durante muito tempo, de maioria absoluta masculina, fazemos uma analogia com outro ambiente outrora essencialmente masculina, as forças armadas, e recuperamos que o trote historicamente consistia em colocar os calouros em situações de constrangimento, humilhação e desafio constante, onde a resistência ao sofrimento e a obediência frente aos mais velhos pudessem ser as características de fortaleza, virilidade e finalmente, de aval para o ingresso na escola.

No que se refere à representação social do trote, neste contexto este hábito assumia uma função negativa, para muitos estudantes e suas famílias, enquanto que, para os “veteranos”, a cada nova turma ingressante, o ritual assumia características de perversidade.

No final do ano de 2016, inconformados com esta realidade, um conjunto de professores/as, com apoio da Coordenação da Assistência Estudantil do IFRS *campus* Sertão discutiram possibilidades para promover diálogo, o cuidado afetivo², o convencimento, a orientação e o conhecimento de fazer com que os/as concluintes – dos terceiros anos – portanto os autores do trote experimentassem outro *modus operandi*. Sem negar a importância do trote para coroar esse ritual de passagem, a nova proposta para o ingresso em 2017 era priorizar que os/as estudantes refletissem sobre o impacto gerado a partir de uma opção de não oprimir seus/suas calouros/as, que chamam de “bichos”; que entendessem que, ao escolherem não agir de forma autoritária, e forçando uma submissão, experimentassem o significado e importância de uma ação acolhedora.

Ainda que se respeitasse que a lógica dessa escola, assim como de todas as outras escolas agrícolas no país, é semelhante ao sistema de hierarquia militar, em que os/as mais novos/as são subservientes aos/as mais velhos/as, nos quais – por exemplo – os espaços, como ginásio e refeitório são utilizados primeiro pelos/as veteranos/as, para que depois possa ser ocupado pelos/as mais novos/as na Instituição, entendia-se que a questão dos processos, entre veteranos e bichos ultrapassa, por vezes, a lógica da brincadeira e que em muitos momentos, acaba por apresentar indícios de violência entre estudantes.

Se o terceiro ano entende ter mais direitos que o segundo que, por sua vez, entende ter mais direitos que o primeiro, como se isso significasse um sistema hierárquico (que retrogradamente fortalece uma tradição equivocada), aos poucos essa cultura vem sendo quebrada. Apesar de alguns elementos ainda permanecerem fortes, como os/as servidores/as, especialmente os mais antigos/as, que reforçam de forma veemente, através da prática e do discurso a continuidade desta “tradição”, ou a manutenção da estrutura física de alojamentos com um grande número de estudantes - com pouca ou nenhuma privacidade e com precárias condições de higiene, iluminação, ventilação e aquecimento-, com a expansão da rede e a transformação do Ensino Técnico em Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, outros componentes curriculares se aliaram à formação integral e integrada desse/a estudante, possibilitando um maior questionamento sobre sua inserção nos espaços que convive e que atuará como profissional.

É preciso reconhecer que tivemos mudanças!

Entendendo que este estudo traz à discussão, o rompimento de uma lógica de “tradição” e busca a extinção de práticas de qualquer tipo de indicativo de violência na recepção dos/as estudantes proponho o trote acolhedor, como uma ação de acolhimento e recepção, com significado de estabelecimentos de novos vínculos afetivos.

Os Institutos Federais, desde sua recente criação não apresentavam nada de novo, no que se refere ao tema “internato” ou “residência estudantil”. Há 10 anos de implantação, nos campi já existentes, alguns de tradição agrícola, essa modalidade já existia, e para uma questão de permanência de estudantes era fundamental manter as residências estudantis, sem desconsiderar suas especificidades e histórias próprias.

A admissão do indivíduo à “cultura do internato” obrigava-o a dispor-se, mesmo que coercitivamente, das brincadeiras da idade imatura e se conformarem com as atividades intensivas de estudo e trabalho, com as regras do internato. A dificuldade

de adaptação com o regime disciplinar, alimentação, o trabalho, a saudade da família eram fatores que dificultavam a adaptação e causavam certo sofrimento para muitos internos. Alguns não se adaptavam e acabavam desistindo. (Conceição, Joaquim T da História do internato: ensino agrícola federal (1934-1967). Revista de História, 2, 1 (2010), p. 80-99)

O Regime de Internato como antes era chamada a Residência Estudantil tem sua origem, a partir do final da abolição da escravatura e a República com o intuito de abrigar crianças abandonadas, aliando o estudo à moradia. Como preliminares e pano de fundo, as iniciativas do Brasil, que premido pela carência de mão de obra qualificada para atender à demanda das fazendas, após a abolição da escravatura, busca conhecimentos e experiências em outros países, na área da educação agrícola. O tempo passou e a hegemonia do ensino através das instituições religiosas foi se dissipando. Quando a Revolução Industrial chega ao Brasil no final do século XIX, o país ainda era essencialmente dependente da manufatura, da agricultura e pecuária, porém o modo de plantar e colher exigia dos produtores um empenho em eficiência, forçando-os a buscar novos conhecimentos e técnicas. Há então um empenho em fortalecer o Ensino Técnico Agropecuário para melhor qualificar os trabalhadores do campo, pois a indústria chamava trabalhadores para os centros urbanos, tornando a vida e o trabalho no campo pouco atraente.

Para garantir que os jovens se mantivessem no campo e tivessem interesse em estudar as técnicas agropecuárias, se fortalecem através da legislação as escolas agrícolas e os internatos. Estes, criados para duas funções em especial, atender à população mais pobre e como reformatório para jovens indisciplinados. Na sua origem era submetido aos ditames do Ministério da Agricultura e em 1967 passa à égide do Ministério da Educação 1967, através do Decreto nº 60.731 determinando que os órgãos de ensino vinculados ou subordinados ao Ministério da Agricultura fossem transferidos para o Ministério da Educação e Cultura.

O internato foi o regime dominante nos estabelecimentos federais de ensino profissional agrícola durante o período de 1934 a 1967. O Ministério da Agricultura, ao qual estavam subordinados esses estabelecimentos, adotou uma política de assistência integral dos alunos, proporcionando residência, alimentação, enxoval, assistência médico-odontológica, entre outros bens e serviços. Esse tipo de internato rural e público existiu para atender às razões práticas dos estabelecimentos de ensino agrícola, ou seja, a localização do estabelecimento escolar na zona rural e o atendimento prioritário de uma clientela pobre que recorria a essas instituições educacionais. (Conceição, Joaquim T da. História do internato: ensino agrícola federal (1934-1967). Revista de História, 2, 1 (2010), p. 80-99)

No ingresso de 2017 ocorreram três grandes mudanças no regimento de funcionamento da Residência Estudantil. Duas delas afetaram diretamente a forma de acolhimento aos/às novos/as estudantes. Uma das mudanças foi que os dois primeiros dias de aulas seriam somente com os/as estudantes da 1ª série, proporcionando a eles/as a possibilidade de se identificarem, reconhecerem, estabelecerem os primeiros laços e vínculos, além da adaptação à nova moradia, novos/as companheiros/as de quarto e a própria localização dos prédios, setores, salas de aula, e demais espaços institucionais, a fim de torná-los/as mais autônomos e menos dependentes dos/as colegas veteranos/as. A outra mudança ocorreu na proposta do ritual do trote. Foi proposto aos terceiros anos que em uma reunião entre os/as estudantes concluintes do curso, o departamento de Assistência Estudantil e a coordenação dos cursos técnicos, pudessem estabelecer algumas regras para que o tão

esperado “Trote” pudesse ocorrer de forma mais acolhedora, sensível e humanizada. Na reunião foi conversado sobre o que é trote, os porquês do trote tradicional e os porquês de propor uma mudança. Na ocasião se solicitou que entre os/as estudantes alguém fizesse a ata para que após o fechamento das combinações firmadas todos/as presentes assinassem o documento. Foram definidas as brincadeiras que seriam realizadas, de que forma, que materiais seriam utilizados e a definição de que para ser um trote solidário houvesse a arrecadação de alimentos não perecíveis para serem doados à comunidade onde o campus está inserido. A data foi combinada entre todos/as os/as envolvidos/as. Não foi uma surpresa, mas uma decisão individual de querer participar. Os/as servidores/as ali presentes ficaram a fim de garantir que os acordos fossem cumpridos e que eventuais exageros pudessem ser contidos. O evento ocorreu com sucesso e foi repetido no ano seguinte com a mesma proposição. O que se observa no período pós trote é o número menor de situações de conflito entre as séries.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BRASIL. Lei 11892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11892-29-dezembro-2008-585085-normaatualizada-pl.html>>. Acesso em 15 de março de 2018.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares. **História do internato: ensino agrícola federal (1934-1967)**. Revista de História, 2, 1 (2010), p. 80-99. Disponível em <http://www.revistahistoria.ufba.br/2010_1/a06.pdf> Acesso em 15 de março de 2018.

IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. **Site Institucional**. 2017. Disponível em:< <http://ifrs.edu.br> > Acesso em fevereiro de 2018.